**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA INCENTIVO FISCAL COM REDUÇÃO DE ATÉ 60 % DO IPTU, ITBI**

(Conforme a Lei complementar N° 327/2015 e no Decreto N° 1.506/2017)

## SISTEMA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO:

1. **O Grupo de Tensão A: Pessoa Jurídica**
	1. Requerimento (Padrão Resolve Palmas).
	2. Documentos Pessoais – (RG e CPF) do representante da empresa/instituição.
	3. Certidão Negativa de Débitos Municipais do imóvel; (emitido página prefeitura).
	4. Certidão Negativa de Débitos Municipais contribuinte; (emitido pág. prefeitura).
	5. Contrato Social da Empresa/Instituição.
	6. CNPJ (atualizado).
	7. Fatura de conta de energia elétrica (atualizada).
	8. Parecer com ART.
	9. Relacionamento Operacional; (contrato entre Energisa e o contribuinte).
	10. Termo de Habite-se.
	11. Notas fiscais de aquisição de bens e de serviço de instalação emitida por empresa ou profissional autônomo no município de Palmas; (notas separadas).

## O Grupo de Tensão B: Pessoa Física

* 1. Requerimento (Padrão Resolve Palmas).
	2. Certidão Negativa de Débitos Municipais do contribuinte; (emitido página prefeitura).
	3. Certidão Negativa de Débitos Municipais imóvel; (emitido página prefeitura).
	4. Documentos Pessoais (RG E CPF) do proprietário do imóvel.
	5. Fatura de conta de energia elétrica – (atualizada).
	6. Parecer técnico com ART do projeto fotovoltaico – (em novas construções).
	7. Relacionamento Operacional; (contrato entre Energisa e o contribuinte).
	8. Notas fiscais de aquisição de bens e de serviço de instalação emitida por empresa ou profissional autônomo no município de Palmas; (notas separadas).
	9. Termo de Habite-se.
	10. ESTIMATIVA DE CONSUMO (estimativa de consumo é uma conta de energia com histórico de 12 meses antes da instalação do sistema fotovoltaico. Caso o imóvel tenha menos de 12 meses de histórico de consumo, pode ser enviada uma ART assinada pelo engenheiro informando a estimativa de consumo do imóvel).

##

##  AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA:

##

1. **O Grupo de Tensão A: Pessoa Jurídica**
	1. Requerimento (padrão).
	2. Certidão negativa de débitos municipais imóvel; (emitido página prefeitura).
	3. Certidão Negativa de Débitos Municipais contribuinte; (emitido pág. prefeitura).
	4. Documentos Pessoais – (RG e CPF).
	5. CNPJ atualizado.
	6. Fatura de conta de energia elétrica – (atualizada).
	7. Contrato Social da Empresa/Instituição.
	8. Parecer técnico com ART do projeto fotovoltaico – (em novas construções).
	9. Relacionamento Operante.
	10. Parecer técnico de profissional atestando quantidade referente ás variáveis ASA e AQC. (Decreto N° 1.220/2016, Art 2° Incisos IX e X).
	11. Habite-se.
	12. Notas fiscais de aquisição de bens e de serviço de instalação emitida por empresa ou profissional autônomo no município de Palmas; (notas separadas).

## O Grupo de Tensão B: Pessoa Física

* 1. Requerimento (padrão).
	2. Documentos pessoais – (RG e CPF).
	3. Certidão negativa de débitos municipais imóvel; (emitido página prefeitura).
	4. Certidão Negativa de Débitos Municipais contribuinte; (emitido pág. prefeitura).
	5. CNPJ (atualizado).
	6. Parecer técnico de profissional atestando quantidade referente ás variáveis ASA e AQC. (Decreto N° 1.220/2016, Art 2° Incisos IX e X); (emitido por Técnico e Engenheiro).
	7. Notas fiscais de aquisição de bens e de serviço de instalação emitida por empresa ou profissional autônomo no município de Palmas.
	8. Termo de Habite-se.
	9. Documento informando estimativa de consumo médio mensal (Pode ser uma conta de energia previa a instalação do sistema fotovoltaico, ou um parecer técnico com ART de estimativa de consumo. Contudo, caso a construção possua habite-se em período inferior a 1 (um) ano, deve ser apresentado parecer técnico com respectiva ART, informando estimativa de consumo médio mensal do imóvel).

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA INCENTIVO FISCAL COM REDUÇÃO DE ATÉ 25% DA OUTORGA ONEROSA**

1. Requerimento (padrão).
2. Documentos pessoais (RG e CPF).
3. CNPJ- (atualizado).
4. Certidão Negativa de Débitos Municipais contribuinte; (emitido pág. prefeitura).
5. Certidão Negativa de Débitos Municipais do imóvel; (emitido página prefeitura).
6. Termo de compromisso obedecendo aos ditames do art.9º, da Lei.

1. Complementar nº 274, de 28 de dezembro de 2012.

1. Processo do termo de habite-se.
2. Relacionamento Operacional; (contrato entre Energisa e o contribuinte).
3. Notas fiscais de aquisição de bens e de serviço de instalação emitida por empresa ou profissional autônomo no município de Palmas; (notas separadas).

# DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA INCENTIVO FISCAL COM REDUÇÃO DE 60 % DO ISSQN

***(Somente para empreendimento no ramo de geração fotovoltaica)***

(Conforme a Lei complementar N° 327/2015 e no Decreto N° 1.506/2017)

1. Requerimento (padrão).
2. Documentos pessoais – (RG e CPF).
3. Certidão negativa de débitos municipais.
4. CNPJ (atualizado).
5. Alvará de Funcionamento do requerente.
6. Apresentar CNAE específico para isenção fiscal.

# DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA INCENTIVO FISCAL COM REDUÇÃO DE ATÉ 60 % DO IPTU, ITBI.

(Conforme a Lei complementar N° 327/2015 e no Decreto N° 1.506/2017)

## SISTEMA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO: (GERAÇÃO COMPARTILHADA)

1. Requerimento (padrão).
2. Documentos Pessoais – (RG e CPF).
3. Certidão Negativa de Débitos Municipais do imóvel.
4. Certidão Negativa de Débitos Municipais contribuinte; (emitido pág. prefeitura).
5. CNPJ (atualizado).